

# INSTANTÂNEOS DO MUNDO

N. 9 Abril 93



---

*fragmentos de experiências pessoais - Maria de Lourdes Pintasilgo*

---

NESTE PRIMEIRO NÚMERO DE 1993 DOS INSTANTÂNEOS DO MUNDO VOU TENTAR DAR UMA VISÃO RÁPIDA DAS PESSOAS, QUESTÕES, ACONTECIMENTOS E LUGARES QUE ME IMPRESSIONARAM DURANTE OS ÚLTIMOS MESES. ÀQUELAS(ES) QUE TÊM VINDO A RECEBER ESTAS NOTAS NOS ÚLTIMOS ANOS, PEÇO DESCULPA PELA LONGA INTERRUPTÃO; AOS QUE AS ESTÃO A RECEBER PELA PRIMEIRA VEZ, QUERO DIZER QUE COM ESTA FORMA DE PARTILHA APENAS PRETENDO MANTER AS(OS) AMIGOS INFORMADOS SOBRE ALGUNS DOS FACTOS EM QUE ESTIVE E ESTOU ENVOLVIDA.

"A NOSSA PRÓPRIA AGENDA", preparada por personalidades proeminentes da vida latino-americana, serviu para me abrir os olhos quanto à maneira de olhar os problemas políticos na América Latina. Com base nesta agenda, teve lugar uma discussão apaixonada no grupo de peritos de alto nível convocada pelo Conselho de Interação sobre "A crise e os desafios da América Latina" (Washington, Fevereiro 92).

Algumas ideias básicas que considero mais marcantes:

- é necessária a visão global dos problemas da região embora haja vários polos de integração parcelar dos países do continente, é claro que essa quase concorrência tem de ser ultrapassada num processo de integração continental.
- há incompatibilidade entre o tempo necessário para uma recuperação social e económica e os ritmos eleitorais, com as suas promessas, a sua propaganda e medidas oportunistas longe da raiz dos problemas. Como é que se pode reformular a democracia para fazer face a este paradoxo?
- o velho dilema entre a oferta e a procura é mais evidente no narco-tráfego - enquanto os grandes traficantes desenvolvem obviamente uma estratégia que lhes permite ter lucros, os produtores e os pequenos negociantes de droga estão envolvidos na produção e no tráfego como parte de uma estratégia (inconsciente) de sobrevivência. Daí a afirmação categórica dos peritos latino-americanos sobre o papel decisivo da procura criada pelas condições da sociedade do Hemisfério Norte na intensificação da oferta (produção e comércio) da droga.

O DESENVOLVIMENTO NÃO CONSEGUE ABSORVER A POBREZA quando grandes massas de pessoas vivem abaixo da linha de pobreza absoluta. Se isto é possível na Argentina ou na Venezuela que têm taxas de pobreza relativamente baixas, não o é no Brasil ou na Colômbia onde se atingem taxas elevadas de pobreza absoluta entre a população.

Tornou-se claro que o sistema de mercado a nível mundial se limita a manter os pobres na sua situação de marginalização. A única solução é elaborar estratégias económicas diversificadas: uma economia de sector moderno que permita a cada país entrar na competição internacional e, paralelamente, estratégias económicas específicas orientadas

para os pobres, quer nas áreas rurais, quer nas zonas urbanas. Desde 1988 que os peritos da América Latina estão a trabalhar em profundidade esta perspectiva nova - que se tornou uma exigência face ao reconhecido fracasso das Estratégias de Desenvolvimento Internacional da ONU. Mas agora até os políticos começam a concordar com esta perspectiva. (Sessão Plenária Anual do Conselho de InterAcção de ex-chefes de Governo, México, Maio 92)

Algumas pessoas podem rezear que esta estratégia crie uma espécie de separação entre os pobres e os ricos. Mas eu pergunto: será que não há já um "apartheid" social implícito entre os ricos e os muito pobres em quase todas as sociedades? Se se conseguirem encontrar estratégias diversificadas, a única maneira de evitar a institucionalização dessa discriminação social existente é criar ao mesmo tempo incentivos para "estratégias de mobilidade". Então, gradualmente, os muito pobres poderão entrar no sector da economia moderna.

Esta perspectiva precisa de ser bem pensada, em especial no que diz respeito à mudança conceptual que se verifica quando a sociedade deixa de ser vista como um todo e passa a ser considerada nos seus fragmentos diferenciados. E ainda transformar esses segmentos outra vez num todo, criando assim condições para uma maior justiça social.

**A INTEGRAÇÃO/FRAGMENTAÇÃO DA EUROPA** é um paradoxo permanente no período que se seguiu ao colapso do comunismo. Houve várias tentativas de repensar a construção da Europa em novos termos. A ideia de uma Confederação, que englobasse todos os países da Europa ocidental, central e oriental foi um conceito visionário desenvolvido pelo Presidente Mitterrand. Permitiria uma associação flexível, que pusesse no mesmo plano todos os países da Europa, e chegasse assim a decisões a nível continental.

Em Lisboa e no Porto (Fevereiro 92) algumas personalidades portuguesas e francesas que tinham tomado parte no lançamento da ideia em 1991 em Praga tentaram então dar-lhe força. Contudo, a discussão sobre o Tratado de Maastricht obscureceu todas as outras questões e fez com que a discussão sobre a então chamada "arquitectura" da Europa se confinasse aos acordos entre os 12.

A ideia da Confederação mostra agora, pela negativa, a sua importância no beco sem saída da tragédia na ex-Jugoslávia - se se tivesse procurado o concurso de todos os países europeus, a Rússia teria sido parte de todo o processo. Entre outros resultados, as negociações de Genebra teriam sido realizadas com a participação da Rússia (tem mais de mil anos a aliança tácita entre os russos e os sérvios, enquanto povos eslavos e de tradição ortodoxa) e teria talvez sido possível chegar a uma posição unânime dentro do Conselho de Segurança no que diz respeito à situação na Bósnia.

#### **APROFUNDAMENTO "VERSUS" ALARGAMENTO DA COMUNIDADE**

**EUROPEIA** é ainda uma questão actual. Esteve sempre subjacente às discussões referentes ao Tratado de Maastricht. Embora o processo de integração tenha sido adiado pelo "não" dinamarquês e pelo "sim" à tangente francês, estes dois factos foram muito importantes. Despertaram nos cidadãos europeus a consciência do seu direito a serem informados e a decidirem directamente acerca do seu futuro. O que está em jogo não é só a questão de os cidadãos decidirem da forma a dar ao continente, mas sim a capacidade institucional de tornar a Europa num polo de diálogo e de interdependência com o Sul. Tudo isto tendo simultaneamente a consciência de que, por um lado, o Sul é cada vez mais diversificado e de que, por outro lado, a Europa está longe ainda de ter descoberto a sua própria identidade cultural e moral. (Salamanca, Julho 92)

PODERÁ A EUROPA TORNAR-SE UMA COMUNIDADE ? - Que pergunta óbvia! E, no entanto quando Bronislaw Geremek a fêz num encontro do Movimento Europeu no Senado Francês eu senti que ele tinha aberto uma porta no difícil processo de construção da Comunidade Europeia. A lógica é muito clara. Em primeiro lugar, porquê falar de "Europa" quando o discurso dos políticos e dos media dentro da Comunidade Europeia se refere apenas a uma pequena parte do continente, a que está incluída nos "Doze"? Em segundo lugar, uma vez que a Comunidade Europeia tem perspectivas tão diferentes sobre a sua identidade e instituições, qualquer tentativa de alargamento acaba em paralisia. Daí o salto necessário - começar pela outra ponta, pela realidade mais vasta a fim de que cada unidade parta de premissas idênticas. É claro que o trabalho feito a nível económico-político tem que continuar, e, pouco a pouco, a Comunidade Europeia encontrará o seu caminho dentro da grande Europa (quantas gerações até que isso aconteça??). Mas, lado a lado há - tem que haver - o outro movimento que Geremek definiu como: *A Europa a tornar-se uma comunidade* (Paris, Fevereiro 93). É aí que a dimensão cultural, tantas vezes denunciada como ausente da Comunidade Europeia, pode desempenhar um papel fundamental. Tudo o que permite a circulação de ideias e afectos entre pessoas (mulheres, jovens, cientistas) de todos os países europeus abre caminho para essa comunidade ampla e inadiável.

QUE LIÇÕES PODEREMOS TIRAR DA REUNIFICAÇÃO ALEMÃ? - À volta da mesa, alemães, sul-coreanos e outros políticos e peritos internacionais analisam a decisão de reunificação da Alemanha e as suas consequências políticas, económicas e sociais para os "Lander" da Alemanha Ocidental e da Alemanha de Leste. (Paris, Fevereiro 93). A finalidade é aprender o que há a evitar e o que há a seguir no processo de reunificação das duas Coreias. A objectividade e a lucidez da análise de um processo tão complexo é só por si uma lição tremenda. É claro que a história não se repete mas, depois do que aconteceu na Alemanha, toda a gente está pronta a reconhecer as limitações do mercado quando entregue a si próprio e a defender a criação de regras, de qualquer forma de planeamento normativo que funcione como orientação e controlo do mercado. Além disso, o elemento psicológico esteve também muito presente. Como é possível explicar que dois povos, com o mesmo passado de séculos, se tenham tornado *diferentes* só porque viveram algumas décadas num outro ambiente cultural em que trabalho, família, protecção social, se definiam segundo outros parâmetros? O caso limite da diferenciação psico-social entre a Alemanha de Leste e a Alemanha Ocidental conduz-nos a encarar muito mais a fundo a diversidade cultural entre os povos e o peso social das diferentes experiências políticas que vivem.

PODERÁ A ÁFRICA OPERAR UM CURTO-CIRCUITO NO PROCESSO DE GOVERNAÇÃO POLÍTICA? Um após outro, os elementos de diagnóstico caíram sobre a mesa - juntamente com o passo decisivo da independência, um declíneo relativo na partilha do PNB mundial e no comércio mundial, demasiada concentração do poder político, esquecendo assim o problema económico, e procurando apoio no sentimento que o povo tem de estar em contradição com o mundo moderno... E os peritos e políticos africanos a determinar o tipo de *intervenção* de que a África precisa: reconhecendo que o condicionalismo económico é em si próprio uma intervenção, é importante definir a necessidade de intervenção política positiva quando há uma violação flagrante dos direitos humanos e dos ingredientes básicos do progresso democrático. Como um dos sul-africanos disse: "Tem de haver uma atenção séria no que se refere a personagens-chave em África, tanto políticos como civis, tem de haver preocupação com os valores centrais da democracia a sociedade civil deve desempenhar o seu papel de modo a que a democracia não seja deixada aos políticos"... O que mais me impressionou foi a unanimidade sobre a necessidade de os africanos se

apropriarem da sua própria experiência e de não a deixarem como mero trabalho de campo para os não-africanos. E, como exemplo claro, a capacidade presente em todos os africanos à volta da mesa de definirem lucidamente as transformações políticas, sociais, económicas e culturais necessárias. (Cidade do Cabo, Janeiro 93)

"'IGUALDADE DE IDENTIDADE', A VOZ DAS MULHERES NA VIDA

PÚBLICA DA NOVA EUROPA", "idealismo e realismo na construção da Europa" - estes são alguns dos títulos entre alguns dos tópicos que foram tratados nos diferentes seminários que se realizaram um pouco por toda a Europa.

Há dois espaços abertos à nossa imaginação. *A Europa espaço aberto altamente complexo*, enfrenta outro espaço igualmente aberto - *o território social das mulheres*. É um espaço que teoricamente compreende todos os sectores mas que na prática é muito limitado, muitas vezes ainda focado nas mulheres como receptoras, objectos, vítimas.

A abertura destes dois espaços, as suas "fronteiras" ainda por definir representam uma oportunidade aberta tanto para a Europa como para as mulheres. É altura de a Europa dar um salto decisivo e agarrar o que os acontecimentos de 89 e o seu desenvolvimento trouxeram de novo. É também altura de as mulheres se tornarem "actoras", sujeitos, responsáveis pelas decisões que determinem mudanças necessárias. E acima de tudo é altura de as mulheres se apropriarem, como parte da sua identidade, da cultura primordial e das tradições espirituais do continente. (Luxemburgo, Julho 92; Bruxelas, Setembro 92; Lovaina, Outubro 92)

"O NEXO DA SOBREVIVÊNCIA" foi o nome que dei, na minha intervenção na Conferência da ONU sobre o Ambiente e o Desenvolvimento (Rio de Janeiro, Junho 92), à interacção ambiente / desenvolvimento / luta-contrá - a - pobreza / estabilização - do - crescimento - demográfico / escolhas-científicas-e-tecnológicas .

A preparação da Conferência ligou definitivamente o ambiente com o desenvolvimento. Temos agora que avançar mais um passo e fazer um balanço de todos os estudos feitos e de toda a evidência compilada num sistema de equações muito mais vasto. Levar-nos-ão à necessidade, sempre que tratarmos de um destes elementos (por exemplo o ambiente), de tomar em linha de conta o crescimento económico, o emprego, decisões sobre a tecnologia, pobreza, etc.

Quando olhamos com uma maior profundidade para as diferentes inter-ligações do "nexo da sobrevivência", verificamos que elas dizem respeito tanto ao Norte como ao Sul. Já lá vão os dias em que as pessoas de boa vontade deixavam os seus países complexos e desenvolvidos e partiam para "projectos de desenvolvimento" nos países em desenvolvimento. Hoje em dia, todos os que querem realizar tais acções têm de arcar primeiro com a complexidade dos *mesmos elementos ligados com o desenvolvimento* na sua própria sociedade. Então e só então é que a pessoa estará pronta a realizar trabalho significativo no hemisfério Sul.

Mas se isto é o que hoje pensamos acerca dos agentes de desenvolvimento, como poderemos então dar a possibilidade a uma nova geração de jovens idealistas e generosos de ir para as situações mais difíceis a fim de ajudar, de salvar a vida de outras pessoas, de exprimir o seu empenhamento? Que tipo de preparação é então necessário dar? Como integrar as acções pontuais e "simples" nos países em desenvolvimento na complexidade das políticas que lhes dizem respeito quer nos países de acolhimento quer nos países industrializados? Que enquadramento é necessário nos países de acolhimento? E sobretudo a questão fundamental: como tornar os países do hemisfério Sul, mesmo nas situações mais desesperadas, sujeitos do seu próprio desenvolvimento.



UMA NOVA ORDEM MUNDIAL? - Já foi há muito tempo (1974!) a época em que se acreditou numa "nova ordem económica internacional". O tema fora largamente debatido na famosa sessão especial da assembleia Geral da ONU proposta pelo México e pela Argélia. Traduziu-se na "Declaração sobre a Nova Ordem Económica Internacional" e na "Carta de Direitos e Deveres Económicos dos Estados". Durante os 10 anos que se seguiram, a discussão sobre o seu conteúdo produziu centenas de livros e seminários, milhares de artigos e palestras. Mas a ideia foi enterrada com o liberalismo dos anos 80 e a marginalização crescente de grande parte do Sul. Até que, recentemente, por ocasião da manifestação de força militar dos ricos e poderosos (e não, como seria de esperar, depois de alguma decisão importante relacionada com maior justiça na vida económica), ouvimos dizer que estávamos no começo de uma "nova ordem mundial". Face a este termo, vazio de conteúdo, o Conselho de Interação dos ex-Chefes de Governo decidiu lançar um processo de reflexão a fim de "introduzir" na nova expressão, ao nível da economia mundial, os problemas do ambiente/desenvolvimento/população/paz e segurança (Bona, Janeiro 92). A discussão foi fascinante e caminhos concretos foram propostos. Um ano mais tarde, o que foi discutido e acordado por alguns políticos e peritos cheios de experiência, já está desactualizado, tal é a velocidade do processo histórico. Hoje a questão global de uma "nova ordem mundial", embora esteja patente no disfuncionamento de numerosos aspectos da vida internacional, revela-se sobretudo na sucessão de conflitos nascidos em várias partes do globo e relativamente aos quais a comunidade internacional, apesar dos mecanismos existentes, se revela impotente.

#### SERÃO AS NAÇÕES UNIDAS CAPAZES DE FAZER A SUA PRÓPRIA

AUTO-REFORMA? - Na esteira da eleição do Secretário Geral, muitas instituições e indivíduos tentaram dar a sua contribuição para a redefinição do sistema das Nações Unidas. Há cada vez mais a convicção de que a maior parte dos políticos não tem os conhecimentos necessários sobre os princípios e as estruturas do sistema das Nações Unidas. Não consegue por isso dar-lhe uma nova orientação.

Ainda me lembro de como, nos anos 50, o ideal do *funcionário público internacional* se referia a uma pessoa generosa e competente, capaz de estar ao serviço da humanidade. Ainda é assim para um certo número de pessoas no sistema. Mas, como em todas as instituições, há burocracia e promoção dos incompetentes, reforçada por toda a espécie de arranjos. Daqui a questão que levanto relativamente à necessidade de haver uma mudança no processo de recrutamento: contractar para os órgãos do sistema da ONU pessoas muito competentes que ocupem funções durante um certo número de anos e que voltem ao trabalho de campo depois de 10 ou 12 anos. Sir Brian Urquart (Reino Unido), que serviu a ONU toda a sua vida, ao ouvir a minha opinião comentou: "Sempre pensei que era um serviço para a vida inteira, mas talvez todos os empenhamentos estejam sujeitos a erosão." O que dizer quando sabemos que uma vida inteira foi consagrada a um tal ideal? (Upsala, Dezembro 92) O estatuto dos funcionários internacionais não é senão um dos muitos aspectos da inadiável reforma da ONU, mas é um factor decisivo da renovação de todo o sistema.

COMPETÊNCIA NA EMPRESA, FRUGALIDADE NA VIDA PESSOAL - Mais de mil jovens executivos reuniram-se no "Cirque d'Hiver" (Paris, Fevereiro 92) para discutir as exigências da competência nas empresas. A globalização das forças do mercado exige uma preocupação cada vez maior com a produtividade, com a modernização dos instrumentos e processos. É verdade que a lógica do económico permeia todas as esferas da vida. E não é por acaso que este ano o Prémio Nobel da Economia foi atribuído ao Prof. Becker, um economista americano que, há décadas aplica o raciocínio económico a todas as esferas da vida - embora pessoalmente o seu discurso seja o de um verdadeiro humanista. Não é surpreendente, por isso, que estes jovens executivos

cristãos estejam preocupados e se interroguem sobre a forma de se comportarem como cristãos numa atmosfera tão impregnada de economia. Não há respostas fáceis. Mas a convicção crescente de que sujeito e objecto não podem ser dissociados nas diferentes esferas da vida leva necessariamente à importância crescente do estilo de vida individual.

Quando, alguns meses mais tarde( Outubro 92 ) , fui convidada pelo director de Beaubourg, o popular centro cultural de Paris, a participar num seminário "Novos valores - frugalidade, vulnerabilidade, disponibilidade", verifiquei que, lá bem no fundo da sociedade, há uma procura de novas formas de fazer frente à nossa civilização. Na minha intervenção referente à frugalidade, o que estava em questão era a análise dos padrões de produção e consumo das nossas sociedades e o seu efeito na sobrevivência do planeta. A frugalidade é chamada a desempenhar um papel não já tanto como uma "virtude" mas como uma busca de solidariedade e de uma necessidade radical de dar uma diferente orientação à economia. É um processo fabuloso ver o retorno destes valores, não como eram na tradição ascética cristã, mas brotando de dentro da própria sociedade, como uma espécie de trabalho purificador!

A ÉTICA E A TECNOLOGIA é uma reflexão recorrente que exige de cada um de nós uma resposta pessoal. Em todas as sociedades, a vida de cada um é mediada pelos meios técnicos. E porque aqueles que dominam as tecnologias tendem muitas vezes a encarar o seu "know - how" como uma nova forma de poder (o poder do conhecimento), o perigo de um analfabetismo tecnológico é cada vez mais eminente. A participação democrática fica assim seriamente afectada. Além disso, o fosso crescente entre o norte e o sul em termos de capacidade tecnológica é uma das questões chave do nosso tempo. Em vários foros têm sido procuradas soluções e tem sido feito um estudo cabal das questões que estão em jogo. Como membro da direcção da UNU - Instituto Mundial para o Estudo da Economia do Desenvolvimento (Helsínquia, Junho 92), não posso deixar de ser confrontada com o papel representado pela tecnologia na equação "ambiente / economia / escolhas tecnológicas". Não há saída possível se só se analisar e testar um destes termos. Mas também não há saída possível se não questionarmos as diferentes posições filosóficas sobre cada um destes termos. Acima de tudo - agora que as ideologias da economia política já não estão em guerra - a ideologia da ciência e da tecnologia sem limites, da sua "neutralidade", precisa de ser profundamente estudada do ponto de vista ético.

"QUEM SOU EU PARA NEGAR A UM CASAL O DIREITO DE TER UM

FILHO?" - A questão parece generosa mas está cheia de ratoeiras éticas. A interrogação posta é uma reacção muito comum dos médicos envolvidos nas tecnologias da fertilização 'in vitro' e 'in vivo'. (Há dois anos que sou membro do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida. Nos últimos seis meses, tem estado em análise a "reprodução medicamente assistida".)

Em primeiro lugar, as biotecnologias e a sua manipulação dão aos técnicos um sentimento exaltante de semelhança com Deus. É o sentimento de que se domina a vida, de que se tem nas mãos o poder de fazer gerar seres humanos. E, ao mesmo tempo, a convicção de que a tecnologia possui um inesgotável poder e de que, também ela, enquanto controle de métodos e processos, está inteiramente nas mãos dos médicos.

Em segundo lugar, a ideia do 'direito de ter um filho' é falaciosa - a 'necessidade' ou 'desejo' de ter um filho (que é uma questão que terá de ser sempre clarificada) não é o mesmo que 'direito'. O 'direito' é uma faceta do contrato entre o indivíduo e o Estado - seria ao Estado que se daria a possibilidade de responder a esse direito ?! E quanto ao 'desejo' de ter um filho, onde está a esfera simbólica da fecundidade, capaz de canalizar o 'desejo' para outras formas, como a adopção?

Em terceiro lugar, só as mulheres podem decidir sobre a sua própria posição em relação a tais tecnologias. Surpreendentemente, são na maioria homens que exercem a arte de 'reprodução medicamente assistida' em corpos de mulheres.

Finalmente, nenhuma ciência biotecnológica se pode desenvolver isoladamente, separada da compreensão psicanalítica da pessoa humana, do nascimento à morte. Não é só fundamental compreender os mecanismos psíquicos que levam à procura da 'reprodução medicamente assistida'. É sobretudo eticamente exigido que a pessoa humana - a criança a nascer - seja encarada não só na sua procriação biológica mas na sua estruturação psicológica, onde a relação com o pai e a mãe são decisivos.

## Fundação Cuidar o Futuro

Este número de "INSTANTÂNEOS DO MUNDO" é publicado pela UNID. DE PUBLICAÇÕES DO GRAAL

Rua Luciano Cordeiro, 24 - 6º A  
P- 1100 Lisboa

